INSTITUTO CATÓLICO DE ESTUDOS SUPERIORES DO PIAUÍ

Antonio Rômullo Pereira Ribeiro de Sousa

A FILOSOFIA DOS VALORES ÉTICOS EM MAX SCHELER

Teresina
2014

ANTONIO RÔMULLO PEREIRA RIBEIRO DE SOUSA

A FILOSOFIA DOS VALORES ÉTICOS EM MAX SCHELER

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado, como requisito parcial para a obtenção do grau de licenciado em Filosofia, ao Instituto Católico de Estudos Superiores do Piauí – ICESPI.

Orientador: Prof. Dr. Pe. Wellistony Carvalho Viana.

- Filosofia
- TCC/FI - Monografias

cod. 1824
100
S725f

Teresina
2014

ICESPI Biblioteca
11229 | 11/04/15

Antonio Rômullo Pereira Ribeiro de Sousa

A FILOSOFIA DOS VALORES ÉTICOS EM MAX SCHELER

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado, como requisito parcial para a obtenção do grau de licenciado em Filosofia, ao Instituto Católico de Estudos Superiores do Piauí – ICESPI.

Orientador: Prof. Dr. Pe. Wellistony Carvalho Viana.

Aprovado em ____/____/_____

Banca examinadora

Prof. Dr. Pe. Wellistony Carvalho Viana (ICESPI)
Orientador

Pe José Anchieta Arruda de Araújo

Primeiro (a) examinador (a)

Segundo (a) examinador (a)

Dedico este trabalho aos meus pais, Francisco Ribeiro de Sousa e Antonia Maria Pereira, que não cansaram de fazer sacrifícios para que eu pudesse estudar.

Agradeço ao Bom Deus, pelo precioso dom da vida;

À Arquidiocese de Teresina, na pessoa de Dom Jacinto Furtado Brito Sobrinho, pela confiança e pelo investimento feito durante a realização do Curso de Filosofia;

Ao meu orientador, Prof. Dr. Pe. Wellistony Carvalho Viana, pela prontidão e dedicação inspiradora ao mundo acadêmico;

À professora Francisca Mendes de Sousa (Tina), por ter me motivado a produzir este trabalho e por ter despertado em mim o desejo de crescer sempre mais na vida intelectual;

Aos professores que contribuíram na minha formação;

Aos meus familiares e amigos, todos aqueles que, direta e indiretamente, colaboraram na realização deste trabalho.

Limito-me a pedir que busquem os valores, nada mais.

Papa Francisco

RESUMO

Para tratar da filosofia dos valores éticos, este trabalho constitui-se de uma apresentação sucinta da filosofia dos valores e uma abordagem dos elementos principais do sistema ético de Max Scheler. Dentro do pensamento scheleriano destacam-se questões importantes como, a contraposição à ética formal, o perceber sentimental e a defesa da objetividade dos valores, afastando-se do relativismo e subjetivismo ético. Utilizando-se do método fenomenológico, Scheler afirma que a ética deve basear-se na experiência, pois o valor não é algo que se atribui a uma pessoa ou objeto, mas que é experimentado. Além disso, o fenomenólogo alemão defende uma ética material, afirmando que o homem está rodeado por um *cosmos* de valores que não necessita ser produzido, apenas reconhecido. O reconhecimento dos valores se dá através do perceber sentimental ou sentir emocional, que segundo Scheler, trata-se de um instrumento de captação dos valores. No entanto, este perceber se encontra afetado pelo ressentimento, a negação dos valores através da inversão valorativa.

PALAVRAS-CHAVE: Max Scheler. Filosofia dos valores. Perceber sentimental. Hierarquia dos valores. Ressentimento.

ABSTRACT

To deal with the philosophy of ethical values, this work presents a succinct study about the philosophy of values and an approach to the main elements of Max Scheler's ethical system. Inside the Scheler's thought stand out important issues stand out like the opposition to formal ethics, the sentimental perception realizing and the defense of the values' objectivity, moving itself away from ethical relativism and subjectivism. By using the phenomenological method, Scheler argues that ethics should be based on experience, because value is not something that is attributed to a person or object, but what it is experienced. Furthermore, the German phenomenologist defends a material ethics, stating that man is surrounded by a *cosmos* of values that need not to be produced but just recognized. The recognition of the values occurs through the sentimental perception or emotional feeling, which according to Scheler, it is a tool to capture values. However, this perception is affected by resentment, the denial of values through evaluative reversal.

KEY WORDS: Max Scheler. Philosophy of values. Sentimental perception. Values hierarchy. Resentment.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 9

2 A FILOSOFIA DOS VALORES 11
2.1 A história da filosofia dos valores 11
2.2 O conceito de valor 14
2.3 A validade dos valores 16
2.4 A classificação dos valores 19

3 O SISTEMA ÉTICO DE MAX SCHELER 22
3.1 O método fenomenológico 22
3.2 O perceber sentimental 24
3.3 A hierarquia dos valores 27
3.4 O ressentimento 30

4 A QUESTÃO DO VALOR ÉTICO 33
4.1 O problema da historicidade 33
4.2 A superação do relativismo ético 36
4.3 A crise dos valores éticos na moral moderna 40

5 CONCLUSÃO 43

REFERÊNCIAS 45

1 INTRODUÇÃO

O tema dos valores é uma questão que ganha força no campo da reflexão filosófica. Na verdade, trata-se de um tema que antes de se fazer presente no campo científico, toca a muitos, porquanto é comum deparar-se com conflitos entre gerações que não comungam dos mesmos valores, sejam morais, políticos, religiosos ou estéticos. Diante das inúmeras possibilidades de reflexão, esta vertente foi escolhida porque é um problema que envolve toda a sociedade contemporânea, hoje fortemente marcada pelo subjetivismo e relativismo ético.

A produção deste trabalho é uma tentativa de elucidação de uma vertente da problemática: a filosofia dos valores éticos. Para tanto, diante da abrangência da posição que Max Scheler, filósofo alemão, expoente da Ética fenomenológica, apresenta, todo o desenvolvimento deste trabalho será apresentado sob a sua ótica. Se sua perspectiva não for a mais acertada, é, ao menos, uma reflexão relevante. Por isso, o trabalho se constituirá em uma abordagem da *filosofia dos valores éticos em Max Scheler*.

Com o intuito de alcançar o objetivo deste trabalho, que consiste na apresentação sucinta dos elementos principais da filosofia dos valores e do sistema ético de Max Scheler, a estrutura do trabalho foi organizada de um modo a apresentar três pontos fundamentais, a saber: a filosofia dos valores, o sistema ético de Scheler e a questão dos valores éticos.

Inicialmente pretende-se fazer uma apresentação a respeito do que quer dizer a filosofia dos valores. Mesmo tratando de um tema que há muito se discute, o valor, este é um ramo filosófico relativamente recente. Por isso, tomando como referência principal o livro *Filosofia dos Valores* de Johannes Hessen, um expoente desta temática, apresentar-se-á a história desta filosofia, depois o que se pode dizer sobre o termo valor, bem como sua validade e classificação.

Como ponto central, seguir-se-á sinteticamente uma apreciação sobre o sistema ético de Scheler com os elementos principais que fundam o seu pensamento: o método fenomenológico, pois para Scheler é na experiência fenomenológica que o valor é captado; o perceber sentimental, um instrumento de captação dos valores objetivos; a hierarquia dos valores, pois eles podem ser mais ou menos elevados, segundo a aproximação do ponto de indiferença em uma escala; por fim, o ressentimento, que constitui a negação dos valores por meio da inversão valorativa.

A última explanação acerca da questão do valor ético subdivide-se em três pontos. Primeiro, o problema da historicidade, um elemento importante para Scheler, pois para tratar

da ética é preciso levar em conta o fato de que o homem é um ser histórico e isto gera implicações em sua moral. Em seguida, a superação do relativismo ético, que se dá com a afirmação de que os valores não são relativos, mas a sensibilidade axiológica, a capacidade de captá-los. Enfim, o desfecho se dará com o pensamento de Scheler a respeito da crise dos valores éticos na moral moderna.

O percurso metodológico para a elaboração deste trabalho foi norteado pela pesquisa bibliográfica em livros, comentários de livros, artigos publicados em revistas e disponíveis em meio eletrônico sobre o tema e sobre o autor. Para a redação monográfica, seguiu-se uma pauta, a saber: leitura, apontamentos, síntese, redação e, por fim, revisão do trabalho.

A apresentação do sistema ético de Max Scheler será o instrumento capaz de ajudar no processo de reflexão a respeito da realidade dos valores éticos. Colocar-se diante deste problema, certamente, não é tarefa fácil. Porém, para que se possa alcançar uma visão crítica e reflexiva a respeito dos valores éticos, este percurso demonstra ser o mais conveniente.

2 A FILOSOFIA DOS VALORES

Este capítulo constituirá uma preparação para o aprofundamento da temática central que consiste no pensamento scheleriano propriamente dito. Para tanto, apresentar-se-á sucintamente temas considerados de maior relevância e que se encontram inseridos nesta filosofia.

Verificou-se a importância do trabalho de Johannes Hessen no livro *Filosofia dos Valores*, que constitui uma das maiores referências para tratar desta temática. Além disso, assim como Scheler, Hessen é um defensor da objetividade dos valores. Por este motivo, o seu pensamento permeará fortemente este capítulo inicial.

2.1 A história da filosofia dos valores

O termo filosofia dos valores é relativamente recente, apesar de remontar a antiguidade clássica. O objeto de estudo da filosofia dos valores sempre foi uma temática relevante. O primeiro filósofo a assumir importância na história da filosofia dos valores foi Sócrates. Foi ele quem se dedicou intelectualmente a combater o relativismo e subjetivismo dos sofistas, defendendo a objetividade e absolutismo dos valores éticos. (HESSEN, 1980, p. 24).

No percurso de desenvolvimento da filosofia dos valores, outros filósofos ganharam destaque por sua contribuição. Pode-se citar Platão que com sua Teoria das Ideias acabava por preocupar-se com a problemática dos valores. Um exemplo é o fato de que, a sua concepção de mundo era fundamentada pela ideia de Bem. (BASTOS, 2006, p. 214).

Segundo Hessen (1980, p. 25), Aristóteles apresentou um Cosmos das formas, ao invés de um Cosmos de *Ideias*[1]. O valor acaba aparecendo como uma grandeza cósmica diante das disputas escolásticas a respeito do *bonum* que foram fundadas em Platão e Aristóteles. "As formas essenciais são, ao mesmo tempo, o princípio de perfeição das coisas, que reside na realização do seu próprio fim imanente. O valioso adquire assim um caráter cósmico." (HESSEN, 1980, p. 26).

A Filosofia moderna, afirma Bastos (2006, p. 214), proporcionou grandes contribuições para a elaboração da filosofia dos valores. Foi com Kant que a ideia de valor foi deslocada do Cosmos para o domínio pessoal da consciência. Segundo Bambirra (2008, p. 4905), Kant

[1] O destaque em itálico é apresentado por Hessen em seu livro Filosofia dos Valores. Pretende-se manter o destaque em itálico para enfatizar a palavra chave que remete ao pensamento apresentado. Outras palavras em itálico aparecerão obedecendo a este mesmo propósito.

dedicou-se a confrontar a ética clássica que o precedeu, apresentando uma filosofia marcada pelo criticismo e opondo-se ao dogmatismo.

O pensamento de Kant, afirma Bambirra (2008, p. 4905), é a busca pela construção de uma filosofia isenta de conceitos dados anteriormente, ao invés disso, é necessário questionar-se a respeito das próprias faculdades da razão, por conseguinte, quais são as possibilidades do conhecimento, bem como seus limites. Foi a partir deste pensamento que Kant realizou uma *revolução copernicana* na Filosofia.

Segundo Reale e Antiseri (1990, p. 877), a revolução de Kant consiste em uma suposição onde a nossa intuição sensível não se regula pela natureza dos objetos. Na verdade, os objetos se regulam através da natureza de nossa faculdade intuitiva. Igualmente, o intelecto não deve se regular pelos objetos a fim de retirar os conceitos, mas os objetos devem se regular por meio dos conceitos do intelecto e se misturar com eles. Resumidamente, as coisas que se conhece de modo *a priori* é o que se coloca nelas.

Lotze é o filósofo que pode ser chamado de verdadeiro pai da moderna filosofia dos valores. Foi ele quem introduziu na consciência da filosofia contemporânea os conceitos de *valor* e *valer*. Lotze realizou uma distinção rigorosa entre valor e ser, colocando o mundo dos valores em contraposição ao mundo do ser. Seu pensamento consistia em afirmar que da mesma forma que se capta o ser através da inteligência, se apreende o valor através de um sentir espiritual específico. (HESSEN, 1980, p. 26-27).

Porém, para Lotze, *ser* e *valor* têm uma mesma raiz, a saber:

> A essência das coisas não consiste no pensamento; a essa o pensamento do homem não consegue apreendê-la; só o espírito na sua totalidade (*der ganze Geist*), só esse, conseguirá talvez apreender, por meio de outras formas da sua actividade [sic] e impressionabilidade, o sentido essencial de todo o ser. (apud HESSEN, 1980, p. 27, grifo do autor).

Hessen (1980, p. 28) afirma que, Nietzsche foi quem introduziu no vocabulário da Filosofia alemã a palavra *valor*. No entanto, não existem dúvidas de que antes de Nietzsche o termo *valor* era amplamente utilizado em economia política. Ele reconheceu e proclamou a inversão dos valores, com o objetivo de por fim às velhas tábuas de valores e de mudar para outras novas.

Tratando do pensamento de Nietzsche sobre os valores, Almeida (2012, p.10) afirma tratar-se de um questionamento a respeito dos valores considerados *verdadeiros* e *transcendentais*. A crítica se estende aos costumes morais, apontando que, todo comportamento humano onde a moralidade dos costumes provoca uma ilusória solidez, torna

o modo de agir do homem comprometido no seu contínuo vir-a-ser. Esta realidade leva o ser humano ao ressentimento e ao sentimento de culpa que o torna fraco e diminuído.

Segundo Bambirra (2008, p. 4907), no progresso da filosofia dos valores, o filósofo alemão Brentano deu uma grande colaboração ao escrever a obra *A Origem do Conhecimento Moral*. A natureza do valor é reconhecida por Brentano como de um *phaenomenon sui generis*. Esta sua visão certamente teve importante influência sobre outros pensamentos axiológicos. Seu pensamento será percebido de modo categorial nas correntes psicologista e fenomenológica dos valores. Foi ele quem desenvolveu o conceito de intencionalidade, base da Fenomenologia, desenvolvida pelo seu aluno Husserl. (BAMBIRRA, 2008, p. 4907).

"O filósofo distingue três classes de fenômenos psíquicos entre as referências intencionais, retomando o tema tratado nas Meditações cartesianas, mas até então ignorado." (BAMBIRRA, 2008, p. 4907). A primeira classe é constituída pelas *representações*, estas podem ser intuitivas ou obtidas pelos sentidos; a segunda classe é a dos *juízos* que provocam ininterruptamente um representar, porém, nem sempre associando uma representação a outra; a terceira classe é a das *emoções*. Brentano assume em sentido vasto, abarcando "desde a simples atração e repulsão, ao pensar um pensamento, até a alegria e tristeza baseada em convicções, e os mais complicados fenômenos de eleição de fins e meios". (BAMBIRRA, 2008, p. 4908).

De acordo com Bastos (2006, p. 215), o fato da filosofia dos valores ser um estudo relativamente recente, várias correntes podem surgir. Diante disso é possível destacar pelo menos quatro correntes principais. A primeira corrente conhecida como Psicologismo axiológico defende que os valores estão situados na alma humana. No processo de vivência os valores vão sendo experimentados. Este pensamento implica dizer que os valores estariam dirigidos pelo relativismo e pelo subjetivismo.

No Cosmologismo, a segunda corrente, afirma Bastos (2006, p. 216), os valores estão aludidos ao Cosmos, de um modo que o valioso das coisas acontece afinal, numa visão metafísica, com o ser essencial delas. Neste caso, o valor deve ser considerado como uma determinação particular do ser. A crítica que pode ser feita a esse pensamento diz respeito à carência da distinção entre a ordem do ser e do valor (não há uma distinção entre o ser valioso e o ser natural).

Segundo Bastos (2006, p. 216), a terceira corrente, o Neokantismo, afirma que a realidade é formada pelo mundo interno e mundo externo. Trata-se da ordem real do ser, onde se contrapõe a ordem ideal, constituindo a esfera das coisas que valem. Nesta esfera está inserido

tudo que tem valor ou validade. Neste caso, os conceitos de valor, de valer e de ser válido coincidem entre si. Isto pode ser chamado de *logificação* dos valores.

Por fim, a quarta corrente, o Ontologismo, apresenta uma esfera independente onde os valores são concebidos. Para Bastos (2006, p. 216), esta esfera baseia-se em si mesma, o que implica dizer que os valores não são determinação ou modo de ser de algum ente, mas entes em si. No entanto, não no sentido de numa existência real, mas são entes em si no sentido de uma existência real objetiva. Isto é, a *coisificação* dos valores.

Neste sentido, a chegada de uma conciliação parece ser quase impossível. No entanto, têm-se empreendido esforços em busca da superação das contradições fundamentais. As investigações visam responder dois questionamentos. O primeiro consiste em saber em qual esfera deve-se atribuir os valores e a segunda, qual é a essência dos valores.

Tendo realizado este percurso numa perspectiva panorâmica a respeito da filosofia dos valores e dado que ainda não é possível conciliar todas as correntes, faz-se necessário um aprofundamento a respeito do próprio termo valor, o que pode ajudar a clarificar as questões envolvidas nesta filosofia.

2.2 O conceito de valor

Que conceito pode-se atribuir ao termo *valor*? Hessen (1980, p. 37) afirma que não é possível definir rigorosamente o conceito de valor. O fato se dá porque se trata de um conceito supremo, da mesma forma que os termos *ser* e *existência* não aceitam definição. E o que pode ser feito? Apenas uma tentativa de clarificação do seu conteúdo.

> Quando pronunciamos a palavra "valor" podemos com ela querer significar três coisas distintas: a *vivência* de um valor; a *qualidade* de valor de uma coisa; ou a própria *ideia* de valor em si mesma. Se quisermos significar com esta palavra, exclusivamente, a vivência, permaneceremos no domínio da consciência, da Psicologia e do psicologismo. Se entendermos por ela unicamente uma qualidade, um particular modo de ser das coisas, permaneceremos no domínio do Naturalismo, em que o valor é apenas uma qualidade real de certos objectos [sic]. Se finalmente entendermos por valor apenas a sua ideia, não tardaremos em *coisificar*, em hipostasiar, os valores, como já aconteceu com Platão. (HESSEN, 1980, p. 37-8, grifo do autor).

Conforme Hessen (1980, p. 38), as concepções podem ser caracterizadas como exclusivistas ou unilaterais. O fato se dá porque cada uma delas faz a apreensão de uma parte da realidade, o que realmente reduz o fenômeno a um momento. O valor é algo que realmente pode-se experimentar, é um objeto de vivência. Este é um fato que não se pode negar. Por

exemplo, pode-se experimentar o valor de uma paisagem encantadora, de uma obra de arte ou o valor de uma personalidade extraordinária.

Existem também as qualidades valiosas. Os exemplos citados anteriormente, uma paisagem encantadora, uma obra de arte e uma personalidade extraordinária, demonstram a existência de certa qualidade, um *quale*, que lhes compõe o caráter, despertando o sentimento referente. Em se tratando da ideia do valor, é importante ressaltar que consiste no conceito de gênero sob o qual é colocado em necessidade o conteúdo das vivências de espécie igual. Pode-se citar como exemplo os conceitos de bem e belo. (HESSEN, 1980, p. 38).

Segundo Bastos (2006, p. 217), as investigações da filosofia dos valores contemporânea parte do próprio fenômeno *valor*. Para melhor elucidação do sentido do termo *valor*, faz-se necessário um aprofundamento fenomenológico, ou seja, a utilização do próprio fenômeno como orientador. Neste caso o método *apriorístico* é rejeitado, dado que é um método que se utiliza de conceitos formados anteriormente.

Fenômeno, segundo Galeffi (2000, p. 25), provêm do grego *phainómenon*, que quer dizer *aquilo que aparece*. A palavra procede do verbo grego *phainomenai*, significa "eu apareço". Aquilo que aparece é o que se mostra à luz, trata-se do *brilhante* (*phaino*). Em suma, o fenômeno é tudo aquilo que é dado de modo imediato.

Para Hessen (1980, p. 39), todo o valor, no entanto, é dado exatamente na *consciência dos valores*, na vivência que se tem deles. Refletir a respeito do conceito de valor é certamente refletir sobre o que pode ser valioso, é refletir sobre um lado da vida, a vida dos valores. Neste sentido, a Vida dos valores não é o mesmo que vivência dos valores, dado que a vivência dos valores não imprime toda a vida deles. Então, em que consistiria esta vivência? Consistiria apenas no lado passivo da vida dos valores.

O lado ativo, segundo Bastos (2006, p. 217), consiste em reconhecer algo como valioso, atribuindo algum valor. Quando se realiza esta atribuição este algo passa a ser valioso. Noutras palavras, "valorar algo implica ter uma relação de não-indiferença na qual este algo é visto como tendo qualidades boas ou não boas para necessidades humanas". (LORIERI, 2010, p. 2).

Percebe-se que o termo valor não pode ser tão facilmente conceituado. Assim, não é algo que tem existência em si mesmo. Sua existência está em função de alguém. Qualquer indivíduo pode atribuir um valor, julgar e apreciar, por fim, emitir um *juízo de valor*. No percurso da vida emitem-se constantemente juízos de valor. Da mesma maneira que o ser humano tem necessidade de conhecer e querer, ele tem de valorar. Tudo o que de alguma

forma se deseja ou se quer manifesta algo de valoroso, tem um valor. É possível valorar vários objetos, coisas ou situações.

Tratando-se dos juízos de valor, pelo menos duas direções são possíveis. Os juízos de valor podem ser positivos ou negativos. Em alguns casos se toma algo como valioso, em outros casos considera-se como sem valor. (BASTOS, 2006, p. 217). Determinados objetos podem ser considerados valores positivos, porém, não é possível chegar a um consenso sobre o mesmo objeto. Pode acontecer que uma representação de valor positivo seja considerada por um determinado grupo um valor negativo.

Diante deste dilema é importante adentrar na questão que envolve a possibilidade de validação dos valores. A possível elucidação desta questão deverá colaborar na compreensão do porquê de um desencontro na atribuição dos valores às coisas, seres e objetos.

2.3 A validade dos valores

O percurso realizado até aqui mostra que os valores realmente existem e isto não pode ser negado. Durante a vida atribui-se valor a muitas coisas, como a uma imagem, casa, carro, dinheiro, saúde, educação, etc. Todas estas coisas passam a ser valores, entretanto, podem valer para algumas pessoas e para outras não. Estes valores podem ser considerados *individuais* e *subjetivos*. (HESSEN, 1980, p. 93-4).

Podem-se citar outros tipos de valores, os *subjetivos gerais*. São aqueles que têm validade para toda a espécie humana, que despertam interesse em todo homem, enquanto ser natural. Por exemplo, os alimentos e a saúde. Estes valores constituem uma classe de valores inferiores, podendo ser chamados também de puramente *sensíveis*. (HESSEN, 1980, p. 94).

Permite-se agora fazer a seguinte problematização: dada a existência dos valores subjetivos, que podem ser individuais ou gerais, não seria possível tratar de outros valores que tivessem uma validade *objetiva* ou, segundo a linguagem de Hessen, *transsubjetiva*? O desafio se dá no fato de que os valores existem porque estão em relação com um sujeito. Então, como seria possível falar objetivamente de algo que só tem existência estando ligado intimamente a um sujeito? (HESSEN, 1980, p. 94).

Diante desta questão, Hessen (1980, p. 95) afirma que é possível falar de uma validade objetiva porque existem valores que não dependem do reconhecimento dos homens para que sejam valores. Estes valores são os mais altos e podem ser chamados de *espirituais*. Eles pertencem a um reino de validade que não está ligada ao tempo, além de dirigir um apelo incondicional a todos os homens, com a exigência de serem reconhecidos como válidos.

Esta validade é *objetiva e absoluta.* "Objetiva, porque reside na própria essência do valor; absoluta porque é incondicional e independente de quaisquer valorações acidentais e particulares dos indivíduos." (HESSEN, 1980, p. 95). No entanto, o *relativismo axiológico* nega a validade dos valores.

Segundo Hessen (1980, p. 95), a doutrina do relativismo axiológico afirma que aquilo que é valor para alguns pode não ser valor para outros. Trata-se de uma negação dos valores objetivos, absolutos. "O relativismo axiológico resume-se essencialmente em *cepticismo,* pois recusa aos juízos de valor toda e qualquer espécie de validade objectiva [sic]. Este cepticismo acompanha o cepticismo [sic] lógico." (HESSEN, 1980, p. 95). O ceticismo prega que nada é verdade e que coisa nenhuma é, ou pode ser, valioso em uma perspectiva objetiva. Enquanto o ceticismo nega a existência de qualquer validade objetiva, o ceticismo lógico afirma que nada pode ser verdade, garante Hessen (1980, p. 96).

No entanto, o *ceticismo lógico* se enfraquece pelo fato de carregar uma contradição prática, a saber:

> Ao exigir, sob a forma de uma regra, 'não reconheça como válida nenhuma regra prática', o cético ético incorre em uma contradição prática, e com isso anula a si mesma enquanto prática, pois enuncia uma regra que nega o caráter vinculante de toda regra. Negando o caráter vinculante de toda regra (isto é, o reconhecimento de sua validade), a própria regra enunciada pelo cético perde sua legitimidade e resulta em um contrassenso prático. (PEREIRA, 2013, p.117).

Em síntese, não é possível dar validade ao ceticismo lógico, pois pressupõe que nada pode ser verdade. Neste sentido, há uma contradição porque nem mesmo a própria argumentação pode ser validada. Querer apresentar uma verdade pressupondo a inexistência de nenhuma verdade é contradizer a si mesmo.

Diante deste fato poder-se-ia afirmar que o mesmo se daria com o relativismo axiológico. No entanto, Hessen (1980, p. 96) afirma que, deve-se responder negativamente. A negação do valor suprime a esfera dos valores, no entanto, não suprime a esfera do conhecimento lógico, nem toda a verdade.

Assim, é possível concluir que não se está diante da mesma contradição onde apenas afirma e nega, simultaneamente, o domínio lógico. "O cepticismo [sic] axiológico não encerra a mesma fundamental contradição consigo mesmo em que naufraga o cepticismo [sic] lógico; isto é inegável. Mas isto não o coloca ao abrigo de cair, também ele, por sua vez, em contradição." (HESSEN, 1980, p. 97). O fato é que este ceticismo sofre de uma *íntima contradição,* apesar de ser de uma natureza diferente e sem tanta evidencia quando relacionada com o ceticismo lógico.

Todo o esforço exercido por um cético na defesa de sua tese é no fundo uma atitude de valoração, onde estará um juízo de valor como base. "A posse da verdade é já um valor; pelo contrário, a privação dela, a ignorância e o erro serão desvalores. Quer dizer, este cético afirma implicitamente que sempre há alguma coisa de objetivamente valioso. E nisto está a contradição." (HESSEN, 1980, p. 98). Trata-se de uma afirmação prática de algo que é negado em teoria.

Tendo até aqui feito uma apreciação de uma vertente dentro de uma reflexão sobre a validação dos valores, a saber, do relativismo axiológico, pode-se buscar explanar como se daria a *fundamentação positiva da objetividade dos valores*. Segundo Hessen (1980, p.100), é possível estabelecer esta objetividade por três vias, a saber: fenomenológica, ontológica e na ótica da Filosofia da Cultura.

A primeira via reflete sobre o que se experimenta e se vive dos valores, afirmando que eles não se apresentam apenas subjetivamente, mas como algo objetivo onde se estabelece uma adesão. Os valores não se fundam apenas somente na subjetividade, mas em algo que transcende, que está para além da consciência. Para a fenomenologia, os valores, quando vividos, são algo objetivo que independe do sujeito. A vivência de um valor implica, certamente, a vivência de sua objetividade. (HESSEN, 1980, p. 100-1).

A via ontológica se baseia na contemplação da referencialidade dos valores em relação ao sujeito. Na natureza espiritual do homem se encontra o ponto e referência ôntico. Pelo fato da natureza espiritual ser igual em todos os homens, a identidade dos mesmos valores pode ser compreendida por todos. Este fato implica em uma validade objetiva que está para além do indivíduo. No entanto, esta argumentação só pode convencer aqueles que crerem na espiritualidade do homem. A negação do espírito implica na negação dos valores espirituais, que tem validade absoluta. (HESSEN, 1980, p. 101).

Por fim, a terceira via *filosófico-cultural,* defende a cultura como um fato que não pode ser negado e que consiste na realização de valores objetivos realizados através de uma atividade humana. A existência dos valores objetivos é pressuposta pela existência da cultura. Esta perspectiva é passível de questionamento pelo fato da cultura ser construída por várias personalidades, porém, ainda que a cultura seja criada por grandes personalidades, estas carregam valores que acabam sendo transmitidos e efetivados. (HESSEN, 1980, p. 102).

A objetividade dos valores pode ser mostrada, mas não demonstrada. Os valores se encontram em um plano distante da lógica. Isto implica na busca por outras formas de pensamento e de conhecimento, caso contrário, não será possível elevar-se à esfera dos valores, que é a esfera do Bem, do Belo e da Verdade. (HESSEN, 1980, p. 104-5).

11229 14/04/15

Diante desta problematização vê-se que estabelecer um critério preciso que possa validar ou não os valores é uma atitude muito difícil. Por maiores que sejam as tentativas de entendimento sempre haverá uma lacuna a ser preenchida, pois os valores fogem do plano lógico.

2.4 A classificação dos valores

Dentro de uma classificação de valores é possível certificar-se da existência de diversos valores. Segundo Hessen (1980, p. 106), Hartmann foi quem melhor sistematizou esta classificação esclarecendo que não se trata de uma classificação definitiva dos valores, mas uma aproximação. Uma apresentação sucinta da classificação dos valores faz-se necessária para que seja possível a compreensão, primeiro, do esquema onde os valores estão inseridos, segundo, do que os valores éticos significam.

A classificação dos valores se dá sob duas perspectivas, a saber: formal e material. No ponto de vista formal os valores estão divididos em positivos e negativos, valores pessoais e reais, valores autônomos e dependentes. Dentro da perspectiva formal, o valor positivo diz respeito a aquilo que se expressa como valor. Neste caso o conceito de valor tem duas vertentes; o valor pode ser entendido como valor em geral, como conceito neutro ou como aspecto positivo contrapondo o negativo.

Aqueles que podem pertencer unicamente às pessoas, como é o caso dos valores éticos, são chamados valores pessoais; os valores reais encontram-se ligados a objetos ou coisas impessoais que ganham a atribuição de valores. Os valores que se caracterizam pela independência de qualquer outro valor, residindo assim na própria essência são chamados de autônomos. Em contra partida, os valores dependentes não tem valor em si mesmo, mas em relação a outro valor. (HESSEN, 1980, p. 107-8).

Na perspectiva material, segundo Hessen (1980, p. 110), os valores podem ser classificados em sensíveis ou espirituais. Os valores sensíveis acenam ao homem enquanto simples ser da Natureza e podem ser valores do prazer, vitais e de utilidade; os valores espirituais que se referem ao homem enquanto ser espiritual podem ser lógicos, éticos, estéticos e religiosos.

Os valores do prazer não são apenas aqueles geradores de prazer e satisfação, mas também tudo aquilo que é capaz de provocá-los, como bebidas e comida. Aqueles valores que são próprios da vida, como a força e a saúde são chamados de vitais. Os valores de utilidade

dizem respeito ao que serve para satisfazer as necessidades da vida, bem como os instrumentos que podem servir para a criação destes bens, como habitação e vestuário.

Segundo Hessen (1980, p. 110), os valores espirituais se distinguem dos sensíveis pela *imaterialidade*, perdurabilidade e validade absoluta e condicional. Os valores lógicos podem ser entendidos de duas formas, a primeira enquanto função do conhecimento, a posse da verdade, o saber; e a segunda enquanto conteúdo do conhecimento, passando pelo par de conceitos: *verdadeiro-falso*. A proposição que for considerada verdadeira será um valor lógico positivo. Numa situação contrária, onde a proposição for negativa tratar-se-á de um valor lógico negativo.

Os valores éticos que também podem ser chamados de bem moral são dotados de características essenciais. Inicialmente, faz-se necessário ressaltar que somente as pessoas, seres espirituais, podem portar estes valores, tornando-os relativamente restritos. Estes valores se conformam a suportes *reais*, distinguindo-se dos valores estéticos que têm como suporte algo irreal.

O caráter de exigência e imperativos absolutos é uma das características que consiste em um categórico que diz *tu deves fazer* ou *tu não deves fazer* isto ou aquilo; consiste em uma exigência da consciência que pede a realização de determinado ato. Surge aqui mais uma distinção dos estéticos que não estabelecem exigência alguma, nem se impõem.

Os valores éticos dirigem-se a todos os homens, por este motivo lhes são atribuídos como característica a universalidade. A constituição de norma de conduta que atinge todos os âmbitos da vida humana revelam a exigência ilimitada destes valores, impossibilitando uma atitude contrária aos mesmos. Por este motivo, podem ser chamados também de *totalitários*. Apesar de compreender uma dimensão material, o bem moral é em si mesmo de natureza *formal*, que consiste na busca do valor mais alto. (HESSEN, 1980, p. 113-5).

Tratando-se dos valores estéticos, constata-se que, além das pessoas, pode-se aderir também a coisas; o seu valor tem seu fundamento na *aparência*, ou seja, se trata de um valor de expressão, que quer dizer algo. Além disso, é possível ter acesso *imediato* e *intuitivo*; imediato porque a qualificação dada a determinado objeto é a daquele momento; intuitivo porque, de alguma forma, é necessário utilizar-se da intuição por meio de algum dos sentidos para a compreensão da essência de um objeto, trata-se da intuição estética.

Por fim, dentro da perspectiva espiritual têm-se os valores religiosos, ou do Santo, que são caracterizados pela negação de um dever-ser, pois são de um ser. Não existe necessidade de realização destes valores, pois eles já são realidade. O Santo é, ao mesmo tempo, *valor* e *ser*, uma realidade valiosa, onde se funda sua *transcendência*. É nesta esfera dos valores

religiosos onde se pode encontrar a entrada verdadeira para a religião. "Esta não está de modo algum, nas nossas faculdades do entendimento, mas deve-se procurar no único plano onde reside para nós o órgão de todo o conhecimento axiológico: a experiência e a vivência interiores da alma." (HESSEN, 1980, p. 115-20).

Toda a reflexão acerca dos valores e dos demais elementos apresentados formam a base sobre a qual pretende-se adentrar na temática dos valores éticos segundo o filósofo alemão Max Scheler.

3 O SISTEMA ÉTICO DE MAX SCHELER

Ao elaborar seu sistema, Max Scheler ocupou-se em construir um sistema ético próprio dos *valores materiais*. Diferentemente de Kant, que funda sua ética no cumprimento do dever, no respeito à lei, Scheler defende a objetividade dos valores, o que implica na busca pela origem do valor ético no objeto. "Scheler procura excluir de seu sistema – ou, pelo menos, reduzir ao mínimo – a importância do dever e recuperar, em compensação, para a vida moral do homem a esfera emocional." (WOJTYLA, 1993, p. 14).

Segundo Aquino (2010, p.87), o valor, no sistema ético de Scheler, é estudado na obra *Reviravolta dos valores*, sob dois aspectos, a saber: da fenomenologia e das emoções. O método fenomenológico enfatiza a experiência. O valor não quer dizer um juízo externo dando a determinado objeto ou pessoa um valor, ao invés disso, significa sua vivência no conjunto da vida dos homens.

É na vida emocional do homem que os valores se manifestam. O valor é teorizado pelas emoções partindo da consciência do ser, formando unidades fenomenais no homem, enquanto ele as vive, e coordenando as suas atitudes. O sentido objetivo do valor é formado pelo emocionalismo. A formação do *a priori* objetivo é permitido por essa experiência. A objetividade existe no valor considerado objeto de estudo fenomenológico. (AQUINO, 2010, p.88).

De acordo com Aquino (2010, p.88), Scheler considera o valor como manifestação objetiva porque não se trata de um atributo do objeto, em sentido físico, nem seria uma potência. É, unicamente, através das emoções que as experiências vividas constituem o significado do valor objetivo, o responsável por oferecer uma direção às aspirações da vida humana.

Para Wojtyla (1993, p. 14), ainda que o objetivo principal de Scheler não consista em uma crítica a Kant, mas a elaboração de um sistema ético próprio dos valores materiais, não é possível negar a existência de uma relevante contraposição à ética kantiana. Desta forma pretende-se apresentar as premissas fundamentais do sistema ético dos valores objetivos de Max Scheler.

3.1 O método fenomenológico

É na experiência que todo tipo de conhecimento científico e toda ciência se baseiam. Partindo desse pressuposto, pode-se afirmar que a ética também deve tomar como base a

experiência. Porém, a ética é baseada em uma experiência divergente daquela na qual as ciências exatas estão fundadas. Isto se dá pela sua singularidade conforme se refere às chamadas ciências exatas, que, quando baseadas na experiência possibilitam o alcance de conclusões e afirmativas por meio da indução, afirma Wojtyla (1993, p. 17).

Na ética, a utilização do método empírico indutivo não é possível, deste modo, as proposições atingidas por meio da indução só permitem firmar o que em condições específicas se declarava ou se declara bom ou mau. "Trata-se na ética do que é bom ou mau, do próprio bem ou mal moral como tal. Nesse sentido não podemos obter indutivamente o bem e o mal a partir dos dados empíricos, razão pela qual – como afirma Scheler – devem dar-se *a priori*." (WOJTYLA, 1993, p. 17).

Este apriorismo não é posto por Scheler para além da experiência em geral, mas somente além da experiência que compõe o dado de partida das ciências exatas. Juntamente, Scheler opõe-se ao apriorismo na perspectiva de Kant. A forma como a ética de Kant é concebida, em um *a priori* formal, subjetivo, Scheler avalia como simples construção da mente. Os fatos *formais*, construções subjetivas, não são o objeto da ética, mas os fatos *materiais*, os valores objetivos. (WOJTYLA, 1993, 17-8).

Segundo Scheler, afirma Wojtyla (1993, p. 18), os valores são objeto de experiência. Pelo fato de manifestarem-se no conteúdo da vida emocional humana esta experiência é chamada de experiência fenomenológica. Os valores compõem os dados originários das experiências emotivas verificadas e determinadas por um meio experimental. Para demonstrá-lo, Scheler se utiliza da análise do ato humano. O ato é constituído de fases particulares que se diferenciam através da orientação para o valor objetivo e onde, experimentalmente, é possível encontrar o conteúdo onde o valor é dado como objeto. São elas: disposição, intenção, decisão e a própria atividade.

Desta forma, tomando como objeto as fases do ato humano, o valor é encontrado nesta experiência. Scheler afirma que não se deve identificar esta experiência com a experiência interna, que dá forma ao método da psicologia experimental. Este método acaba por separar artificialmente o elemento de valor e o conteúdo das experiências emocionais humanas, por conseguinte, abstrai todo fato moral e fixa-se somente nos fatos psicológicos puros. Isto implica em um falseamento do quadro da vida interior do homem. (WOJTYLA, 1993, p. 18).

Ao examinar a experiência emocional unida ao conteúdo, que é o valor, a experiência fenomenológica evita o tropeço da psicologia experimental. O valor, por sua vez, constitui o elemento fundamental das experiências emocionais humanas. Assim, a experiência fenomenológica permite a captação do próprio valor imediato e intuitivamente, gerando um *a*

priori objetivo. "É objetivo em relação ao conteúdo da intuição e *a priori* em relação ao caráter intuitivo da consciência." (WOJTYLA, 1993, p. 19).

Para Wojtyla (1993, p. 19), Scheler realiza uma ruptura enérgica com os princípios epistemológicos de Kant. O grande estímulo para esta realização foi o contato com a escola fenomenológica de Edmund Husserl. No entanto, Scheler e Hurssel percorriam vias distintas nas investigações filosóficas; Scheler utilizava a fenomenologia no que era referente à filosofia prática e Hurssel aos problemas teóricos.

Segundo Wojtyla, (1993, p. 19) para Scheler, a fenomenologia é o método apropriado para a ética. Primeiro, é um método experimental, e é na experiência que toda ciência deve basear-se. Além disso, os valores são objeto de experiência, pois dão base à essência da experiência ética vivida. Dizer que determinado ato é eticamente bom ou mau é definir seu valor, formando assim o conteúdo da experiência emocional. Na realização do ato o valor é experimentado.

Não é um juiz externo que dá ao ato um valor, mas é o valor que está contido na experiência vivida. Pelo método fenomenológico é possível extrair o valor da experiência e objetivá-lo cientificamente. Somente o método fenomenológico é capaz de fazer isto, pois em contraste, os outros métodos experimentais se fixam na *coisa*, enquanto que o objeto da ética em geral é o *valor*, não a *coisa*.

3.2 O perceber sentimental

Dentre as contraposições feitas por Scheler a Kant que é um racionalista, destaca-se significativamente o emocionalismo ou esfera emocional do espírito. Segundo Aquino (2010, p.88), através das observações do método fenomenológico, Scheler revela que o mundo dos valores encontra-se entrelaçado com as emoções.

A teoria dos valores de Scheler, segundo Aquino (2010, p.88), está fundada no primado das emoções. "Essa expressão não revela apenas estados afetivos, porém sentimentos puros intencionais." (AQUINO, 2010, p. 89). Intencional porque é ao objeto de estudo, os valores, que a percepção desses sentimentos se referem. Scheler assegura que este conceito se vincula ao conhecimento. Porém, este conhecimento não é intelectivo, mas emocional. . "O homem somente conhece e constrói o (s) valor (es) por suas percepções afetivas. Desse modo, os atos afetivos correlacionam-se com o valor objetivo". (AQUINO, 2010, p. 89).

Para Reale e Antiseri (2005, p. 569), pode-se dizer que o homem possui um instrumento inato, trata-se da *intuição sentimental.* Este instrumento capta aqueles valores

objetivos pelos quais as coisas são bens, além disso, capta e reconhece a existência de uma hierarquia entre esses valores.

> Assim, contra Kant, Scheler afirma o primado do valor sobre o dever. Aquilo que falta à ética de Kant é o reconhecimento do "valor material", a consciência de que o homem se encontra circundado por um *cosmos* de valores que ele não deve produzir, mas somente reconhecer e descobrir. E os valores não são objeto de atividade teórica, senão de *intuição emocional*. Scheler diz que pretender captar os valores com o intelecto equivaleria à pretensão de ver um sonho. (REALE; ANTISERI, 2007, p.568, grifo do autor).

Segundo Wojtyla (1993, p. 20-1), para Scheler, somente a percepção afetiva sentimental pode dar acesso aos valores imediata e intuitivamente. O valor, todo o mundo dos valores, é, especificamente, o objeto das experiências emocionais pelo fato de que os estados afetivos se dão na forma de sentimentos puros de evidente caráter intencional, não apenas na forma de estados afetivos. A percepção é intencional porque está evidentemente referida a seu próprio objeto.

Segundo Volkmer (2006, p. 53), pelo fato de ser um ato intencional do espírito, é característico do perceber sentimental possuir um objeto, matéria de intuição preenchedora. Este ato tem uma função cognitiva pelo fato de ter um objeto já percebido como objeto. Existem diferentes modos de relacionamento do espírito com os vários níveis da vida, porém o acesso à diversidade de conteúdos cognitivos dos vários atos do espírito só é garantido porque todos os atos, emocionais, teóricos e práticos tem sua gênese no espírito como pura objetividade, abertos ao ser que se apresenta da forma como é.

O desenvolvimento diverso nos diferentes níveis ou funções emocionais tem íntima ligação com a intuição de uma hierarquia material dos valores, "a base da ética scheleriana que fundamenta racionalmente a possibilidade de um conhecimento do valor moral dos atos humanos, pois os estratos de sentir têm como objeto as diversas modalidades materiais de valor." (VOLKMER, 2006, p. 53).

Para Volkmer (2006, p. 53), o perceber emocional não consiste em estados emocionais. O perceber consiste em um ato intencional próprio do espírito, que conta com uma objetividade e uma matéria intuitiva. Enquanto os estados são contingentes, empíricos e podem ser observados, o perceber enquanto puro ato de intuição é evidente, necessário e não pode ser observado por si mesmo.

Existem, sobretudo, três tipos de sentir emocional como ato do espírito, a saber:

> 1) o sentir dos próprios 'sentimentos' ou 'estados interiores', como alegria, tristeza, etc; 2) o sentir de conteúdos emocionais exteriores, como a desolação de uma

> paisagem, a tranquilidade de um rio; 3) o sentir de valores, intuídos neste ato de sentir como conteúdos materiais, como objetos de um puro sentir antes que objetos de teorização. (VOLKMER, 2006, p. 53).

O valor é imediatamente evidente, não para a razão teórica, mas para o ato do puro perceber do espírito, que percebe este sentir.

Existem pelo menos três modalidades básicas de atos emocionais, no entanto, há uma variedade de atos. Por exemplo, gozar, sofrer, amar, odiar, preferir, entre outros, são atos emocionais do espírito. Distinguindo-se da concepção de Kant, pode-se citar também o querer, que era compreendido por Kant como relativo à esfera contingente da vida, devendo se submeter à aplicação do *a priori* da razão, mantendo desta forma a razão prática orientada pelo *a priori* formal. Scheler, por sua vez, defende que o querer prático deve estar fundado no ato de intuição emocional.

O querer tem uma matéria emocionalmente definida que não pode ser contestada e deduzida de uma lei da razão prática; o querer não pode ser apenas associado a um conteúdo contingente. Na vida, saber de forma clara o que se quer é fundamental, no entanto, nem sempre é possível saber o motivo do querer. É possível encontrar nitidamente um valor como objeto do querer, porém não é possível defini-lo. Como objeto da intuição emocional é claro para o espírito, mas não como objeto conceitual. (VOLKMER, 2006, p. 54-5).

O valor é intuído evidentemente para o espírito como objeto de amor ou de ódio, sem possibilidade de definição da causa disto; com o valor ou desvalor também é intuído seu portador, um objeto sem conceito. Por se tratar de algo que está no campo emocional é considerado apenas como algo valioso. Este fenômeno se dá da seguinte forma:

> Somente após encontrar valor em um algo valioso, um portador ou depositário do valor, é que a razão se dirige a este algo que pode ser objetivado, por vezes esquecendo até o valor que sobre ele repousa. Este algo valioso, então, se torna objeto intencional da razão, seja de uma representação, de um juízo, etc., para a razão teorética, ou de um querer, escolher, ou fazer da razão prática, como quando vemos um ato valioso e sentimos a inclinação para realizá-lo também. (VOLKMER, 2006, p. 55).

Segundo Volkmer (2006, p. 55), Scheler afirma que, fenomenologicamente, é possível considerar duas dimensões do querer, a saber: primeiro, um querer emocional, o querer puro, *a priori*, que se funda em matérias e que não contém em si, obrigatoriamente, a determinação de realizar-se. Este querer não é determinado por uma lei formal da razão, mas pelo querer da razão prática.

Segundo, um querer prático, este é determinado formalmente como dever de modo *a posteriori* pela razão prática, porém, este querer é matéria original do querer puro. O querer

prático ou de realização se torna matéria de um querer puro que é sempre livre e indeterminado pela razão. Este querer deixa-se determinar somente pelo seu objeto no momento mesmo de intuição. Isto implica dizer que se é livre para querer, como no exemplo que segue:

> Quantas vezes dizemos: agora estou com fome e cansado de caminhar; há vários restaurantes por aqui, mas não quero parar agora, vou continuar. Nada, nenhuma ideia, nem mesmo o impulso mais primitivo da natureza bruta, determina necessariamente o que quero. Mas quando encontro o que quero, meu querer se deixa determinar. (VOLKMER, 2006, p. 55-6).

Segundo Volkmer (2006, p. 56), o querer não pode ser determinado por uma lei racional, dado que esta é inexistente. Porém, caso existisse, consistiria em uma lei das possíveis matérias do querer. Mas a matéria, da mesma forma, não pode ser determinada como lei, dada a impossibilidade de conhecimento de todas as possibilidades de matéria de querer; pode - se querer algo inexistente, assim como um bem até então não criado. "Em resumo, o querer somente se determina no encontro de seu objeto. Este é o *a priori* puro: o momento de adequação no encontro do espírito com o objeto dado por si mesmo." (VOLKMER, 2006, p. 56, grifo do autor).

Para Volkmer (2006, p. 56), tudo aquilo que pode ser conhecido como unidades identificadas e conceituadas pela razão são constituídos apenas como objetos racionais, conceituados, depois de serem reconhecidos enquanto portadores de valor para um ato emocional. Os bens, fins, meios, coisas reais ou ideais, atos concretos, atitudes, e inclusive o puro dever ser, só podem ser constituídos como objetos racionais depois do reconhecimento da existência do valor. Isto também vale para um dever.

"Algo é bom não porque é um dever, mas sim é um dever porque é bom. O bom é a causa de todo cognoscível. Somente depois de ver passar diante de si todo ser que era bom, o homem a todos deu nome. Este é o sentido do *a priori* da intuição ou do perceber emocional do valor." (VOLKMER, 2006, p. 56, grifo do autor).

3.3 A hierarquia dos valores

Segundo Morente (1970, p. 300), os valores têm *hierarquia*. Existe uma multiplicidade de valores. Os valores múltiplos são modos de valores, da mesma forma que as coisas são modos de ser. O fundamento desta hierarquia está na não-indiferença dos valores nas suas relações múltiplas.

A hierarquia dos valores, segundo Morente (1970, p. 300), é uma categoria ontológica do valor. Para melhor compreensão desta categoria faz-se necessário uma classificação dos valores, o que se trata de um problema difícil que pode levar muito longe. Este é um problema que foi estudado por quase todos os filósofos contemporâneos que se dedicaram ao estudo do valor, porém, segundo Morente (1970, p. 300), dentre todas as classificações realizadas a mais aceitável é a de Scheler, apresentada no livro *O formalismo na ética e a ética material dos valores*. Conforme esta classificação, os valores poderiam ser organizados em grupos ou classes, a saber:

> primeiro, valôres [sic] úteis; por exemplo, adequado, inadequado, conveniente, inconveniente. Depois, valôres [sic] vitais; como, por exemplo, forte, fraco. Valôres [sic] lógicos, como verdade, falsidade. Valôres [sic] estéticos, como belo, feio, sublime, ridículos. Valôres [sic] éticos, como justo, injusto, misericordioso, desapiedado. E, por último, valores religiosos, como santo, profano. (MORENTE, 1970. p. 300).

Diante deste fato, que consiste na existência destas classes ou grupo, Morente (1970, p. 300) apresenta duas questões: primeiro, que quer dizer esta hierarquia? À própria pergunta ele apresenta a seguinte resposta:

> Quer dizer que os valôres [sic] religiosos afirmam-se superiores aos valôres [sic] éticos; que os valôres [sic] éticos, afirmam-se superiores aos valôres [sic] estéticos; que os valôres [sic] estéticos afirmam-se superiores aos lógicos, e que estes por sua vez se afirmam superiores aos vitais, e estes por sua vez superiores aos úteis. (MORENTE, 1970. p. 300).

A segunda questão consiste em saber o que este afirmar-se superior quer dizer. Morente (1970, p.301) responde a outra pergunta explicando que se esquematicamente um ponto zero fosse assinalado para indicar o ponto de indiferença, segundo sua polaridade, os valores se agrupariam à direita ou à esquerda deste, organizando-se em valores positivos ou negativos e a maior ou menor distância do zero.

Os valores úteis, por exemplo, se afastarão pouco do ponto de indiferença. Diante da necessidade de sacrificar um valor útil ou vital, o valor mais próximo do ponto de indiferença será certamente sacrificado, neste caso, o valor útil seria sacrificado. O valor vital por encontrar-se mais distante do ponto de indiferença será poupado. Seguindo esta mesma lógica pode-se dizer que, os valores vitais são menos importantes que os valores intelectuais, isto porque, enquanto os valores intelectuais estão mais afastados do ponto de indiferença, os valores vitais permanecem mais próximos do ponto de indiferença, e assim sucessivamente. (MORENTE, 1970, p. 300).

Morente (1970, p.301), para explicar o que quer dizer esta hierarquia dos valores apresenta um exemplo de ordem mais prática. Se em determinada situação houvesse a necessidade de fazer a opção entre salvar a vida de uma criança, que é uma pessoa e que possui valores morais supremos, ou deixar que um quadro fosse queimado, certamente, se preferirá deixar o quadro ser queimado. Noutra situação, uma pessoa desprovida de intuição dos valores estéticos poderá preferir salvar um livro de uma biblioteca, ao invés de salvar um quadro. Isto para constar o que a hierarquia dos valores quer dizer.

Scheler coloca os valores religiosos no ápice da hierarquia dos valores. Isto implica dizer que tem a hierarquia superior todos aqueles que não são cegos aos valores religiosos, cegueira esta que pode acontecer. (MORENTE, 1970, p. 301).

Segundo Hessen (1980, p.121), dado que na estrutura hierárquica existem valores mais altos, outros mais baixos, Scheler apresentou pelo menos cinco critérios para determinar a altura dos valores, a saber: primeiro, os valores são tanto mais altos quanto maior for a sua duração. O valor duradouro, certamente, é aquele capaz de se prolongar no tempo. Esta faculdade torna-o mais valioso que aqueles que não duram tanto tempo.

O segundo critério diz que os valores são tanto mais altos quanto menos *divisíveis* forem. Os alimentos, por exemplo, que são bens materiais, para ter a participação de várias pessoas tem que passar pela divisão. Enquanto isso, uma obra de arte, que é um valor estético pode ser apreciada por muitas pessoas, mas para tanto não há necessidade de divisão, o que o torna um valor mais alto que os alimentos, por exemplo. (HESSEN, 1980, p. 122).

O valor que serve de *fundamento* a outros é mais alto que os que se fundam nele. Este é o terceiro critério apresentando por Scheler. Hessen (1980, p.122) afirma que o conjunto de todos os valores funda-se no *Espírito infinito e pessoal* e no *mundo dos valores* que se estende diante dele. Os atos pelos quais os valores são apreendidos são os que apreendem os valores como absolutamente objetivos, na proporção em que se tornam ato dentro desse Espírito. E mais, só são absolutos na proporção em que se revelam dentro desse reino.

O quarto critério consiste em dizer que os valores são tanto mais alto quanto mais profunda é a satisfação que a sua realização produz em nós. Neste caso, segundo Hessen (1980, p.121), quando a presença de determinado valor for sentida independentemente do sentir e da satisfação de outros valores, mais profunda será a sua satisfação.

O último critério prega que para achar a altura dos valores é necessário avaliar *grau da sua relatividade*. "O valor do agradável é relativo só aos seres dotados de sensibilidade sensorial, como os valores vitais só são relativos aos seres vivos. Para um ser sem esta sensibilidade não existem os valores do agradável; para um ser sem vida não há valores

vitais." (HESSEN, 1980, p. 123). Isto para dizer que existe um modo de sentir especial, onde nem tudo pode ser diretamente sentido.

3.4 O ressentimento

O ressentimento é um dos pontos da filosofia de Scheler que o aproxima e o diferencia de Nietzsche, simultaneamente. A propósito, Scheler discute a problemática com *A genealogia do moral* de Nietzsche em um texto do volume *Da inversão dos valores*, afirma Costa (1996, p.64).

Para Scheler, o burguês, "representante típico do homem moderno e encarnação do espírito do capitalismo" (apud COSTA, 1996, p.66), está predisposto ao ressentimento em decorrência de um complexo de inferioridade diante da nobreza tradicional e a tendência de sempre se comparar com os outros no âmbito valorativo. (COSTA, 1996, p.64).

O homem do ressentimento, para Scheler (2012, p. 153-4), é um fracote incapaz de continuar sozinho com seu juízo. Trata-se de um tipo humano definitivamente contrário àquele que é capaz de realizar o bem objetivo. Mesmo diante de um mundo de obstáculos, estando *sozinho*, este é capaz de realizá-lo.

Segundo Costa (1996, p.66), no pensamento scheleriano, o burguês não é definido como o representante de uma classe social. Ao invés disto, é definido como a encarnação e a expressão de determinada atitude diante da vida e do mundo, isto é, de determinado *ethos*. Pecorari (2002, p.120) afirma que, "Scheler entende por 'ethos' o conjunto de 'regras de preferência na hierarquia dos valores' que cada povo ou pessoa-comum elege em determinada época histórica ou meio cultural e geográfico.".

A respeito do *ethos*, Wojtyla (1993, p. 29) acrescenta afirmando que trata-se da disposição dos valores inseridos no conteúdo na dimensão emocional da pessoa. Isto não diz respeitos somente à experiência de sujeitos pessoais individuais, mas também dos grupos dos sujeitos, de ambientes específicos e sociedades históricas.

Scheler realiza a distinção de dois tipos de burguês: o primeiro, ambicioso e arrivista, não tem interesse exatamente no valor intrínseco dos bens, mas na sensação de superioridade derivado de sua posse. O segundo, o fraco, produz o homem do ressentimento, mais diretamente afetado, razão das ilusões que o motivam a negar ou ignorar as qualidades das pessoas com as quais se compara. (COSTA, 1996, p.65).

Scheler (2012, p.45) afirma encontrar na natural significação da palavra francesa *ressentimento* dois elementos. Primeiro, o estabelecimento de uma repetição de uma

determinada reação emocional contra um outro que se dá por meio e a partir do viver. "Geralmente, são sentimentos de profunda mágoa ou ofensa. Por meio dessas reações, vive-se o 'sempre-de-novo-através' da emoção chamada ressentimento. É diferente de uma recordação intelectual, na qual vai perdendo o matiz com o transcorrer do tempo." (AQUINO, 2010, p.88).

O segundo elemento diz respeito ao dado desta emoção ser um negativo, de ordem hostil. Para Scheler (2012, p.45), o ressentimento é um revivenciar da emoção mesma – um sentir após, em sentir de novo. Scheler confirma este pensamento afirmando que:

> Talvez seja a palavra alemã *Groll* a que mais prontamente esconderia a existência de uma parte fundamental de sua significação. *Grollen* é o escuro na alma do viandante, é a zanga retida e independente da atividade do eu, zanga esta que, a partir de um repetido perpassar de intenções de ódio ou de outras emoções hostis, acaba por se formar, sem ainda abarcar nenhuma precisa intenção hostil, aproximando, porém de seu sangue todas as intenções possíveis de tal tipo. (SCHELER, 2012, p.45, grifo do autor).

Para Aquino (2010, p.89-90), parece correto afirmar que o ressentimento é uma introjeção psíquica contínua provocada por movimentos internos negativos que acabam por afetar o ser humano, um possível exemplo é a vingança. Enquanto forma de vivência, a vingança significa um viver impotente. A pessoa que vive continuamente o sentimento de vingança poderá provocar um movimento interno de definhamento ou até mesmo sua morte. "Essa tensão entre a vingança e a consciência de concretizar ou não uma reação contrária imediata – impotência – materializa a forma do ressentimento." (AQUINO, 2010, p.90).

Segundo Ginetti (2010, p.22-3), para Scheler, o ressentimento consiste na negação dos valores através da inversão dos valores. Desta forma, o ressentimento é o contrário da moral, é antimoral, a negação ou inversão dos valores. Isto não implica dizer que se alguém se opõe aos valores esteja realmente com ressentimento, até porque não se trata apenas de um ato de oposição, mas, realmente de inversão, onde um valor inferior é colocado por cima do superior; ou a direção do valor é invertida, sendo tomado como negativo, quando se é positivo.

A inversão valorativa provocou severas mudanças para a organização da sociedade. Aquino (2010, p.90) afirma que o movimento que existe entre aspiração e não-poder impossibilita o homem de enxergar quais são os juízos de valores positivos. Por conseguinte, o homem ressentido cria uma imagem falsificada do mundo. O "desvio de olhar dos valores vitais, a tendência para se querer aniquilar as coisas e o próprio Ser humano, bem como a

entrega da alma para valores ilusórios manifesta-se como a salvação e não como a compreensão de beleza ou de vida." (AQUINO, 2010, p.90).

A exposição sucinta destas premissas fundamentais do sistema ético de Scheler fez-se necessária para a compreensão do seu pensamento e, por conseguinte, do modo como Scheler se coloca diante das questões éticas, implicações do seu pensamento, que serão abordadas no decorrer deste trabalho.

4 A QUESTÃO DO VALOR ÉTICO

O valor ético é o ponto principal de diferenciação entre a ética de Scheler e a de Kant, afirma Wojtyla (1993, p. 26). Enquanto que em Kant, o valor moral está reduzido à forma, a um acordo puramente *formal*, seguindo a forma *a priori* da razão prática, em Scheler, os valores morais estão relacionados com os valores objetivos, constituídos por eles mesmos. Scheler trata da *materialidade* destes valores, distanciando-se da *formalidade* proposta por Kant. (WOJTYLA, 1993, p. 26).

Diante da questão ética, além do forte embate que Scheler travou com Kant, há outra contraposição apresentada por Scheler diante de outro pensador. Este pensador foi Hegel e a contraposição se dá diante do problema da historicidade, uma condição dada de antemão, "um elemento prévio à explicação e ao entendimento da condição humana, algo que faz parte do mundo circunstancial em que se desenrola a existência." (GINETTI, 2010, p.33).

Enquanto Hegel, através da historicidade, atribui um caráter relativo aos princípios éticos e aos seus postulados, Scheler, por sua vez, defende a objetividade dos valores, afirmando que a relativização não é dos valores, mas da sensibilidade axiológica. Além disso, a visão de Scheler sobre a História não é como um desenvolvimento do próprio Espírito absoluto, como concebe Hegel. Na verdade, a História é tida como um plano em que os valores que emanam acham seu ponto de apoio, de revelação e realização. (GINETTI, 2010, p.109).

Uma explanação a respeito da questão da historicidade, da defesa da objetividade, e mais, uma visão da relação do homem com os valores, que em geral encontra-se em crise, é o que se segue.

4.1 O problema da historicidade

Em toda reflexão ética scheleriana, a historicidade é tomada como um pressuposto. Isto se explica pelo fato de que, segundo Scheler, é necessário partir do fato de que o homem é um ser histórico. A historicidade é um elemento que não foi conhecido por todas as grandes éticas anteriores à de Scheler; nem Aristóteles, nem São Tomás, e nem mesmo Kant conheceram este pressuposto. (GINETTI, 2010, p.29).

Na época de Kant, por exemplo, a historicidade era tida como uma concessão aos postulados das chamadas *éticas materiais*, desta forma, a historicidade implicaria em uma relativização dos princípios éticos. Kant, por sua vez, procurava um imperativo de caráter

racional a fim de evitar as éticas materiais, por este motivo a implicação da História no comportamento ético não foi levada em consideração. (GINETTI, 2010, p. 29).

Segundo Ginetti (2010, p.29), para analistas do pensamento de Scheler, o pressuposto da historicidade é tido como um dado específico, peculiar, talvez um avanço do pensamento filosófico diante das elaborações anteriores, acrescentando:

> Não que a historicidade da condição humana tenha sido uma ideia nova, quando considerada por Scheler. O que há de novo está na construção de uma ética não relativista e capaz de se fundar em postulados universais (como Aristóteles e como Kant) sem afastar de si as ideias a respeito da historicidade da condição humana que se tornaram frequentes e amplamente aceitas a partir de Hegel. (GINETTI, 2010, p.29-30).

No pensamento kantiano, a historicidade aparece sem vincular-se à ética, aparecendo apenas como demonstrativo da evolução da racionalidade. O imperativo categórico não é histórico, mas racional. Neste caso, "o que há de histórico é o momento com que a evolução da racionalidade humana se defronta e revela a existência do imperativo categórico." (GINETTI, 2010, p.30).

A razão prática de Kant desconsidera a historicidade da vida ética. Afinal, trata-se de uma ética que se define pelo cumprimento constante do imperativo categórico que se forma em um absoluto extra-histórico, embora esteja presente em apenas certo momento da própria história. O imperativo categórico não exerce influência sobre os rumos da História pelo fato de ser exterior a ela. (GINETTI, 2010, p.30).

Hegel poderia atribuir ao imperativo categórico um papel atuante na história. Em seu pensamento, o imperativo categórico perde o caráter simplesmente ético, passando a ser um espírito autodefinidor de si mesmo. Na verdade, a ética e a história são o resultado deste processo de autorrevelação. Segundo as filosofias do tipo historicista, a história passa a ser fundadora dos princípios éticos com Hegel. (GINETTI, 2010, p.30).

Marx e Nietzsche tiveram um importante papel na crítica ao historicismo de origem idealista; formaram tentativas de devolver à História uma fundamentação ética. Ambos mostraram que a História é o fruto de um fazer e que, sem a ação do homem é impossível, do mesmo modo que a própria ética não existiria sem o homem. Logo, para Marx e Nietzsche, a ética é algo que o homem faz. (GINETTI, 2010, p.30).

Segundo Ginetti (2010, p.30-1), nem Marx, nem Nietzsche conseguiram produzir uma ética de pressupostos universais e capaz de superar a ética de Kant. Era imprescindível estabelecer uma ética fundamentada no fazer do homem e que fosse capaz de ajustar-se à

historicidade, sem voltar às éticas materiais anteriores a Kant. Estando sob influência de Hegel, de Marx e de Nietzsche, Scheler, realiza uma retomada do caráter material da ética, que reaparece "em decorrência da incapacidade do formalismo em adequar-se à realidade e às condições da existência." (GINETTI, 2010, p.31).

Ginetti (2010, p.31) afirma que, em Scheler, o primeiro argumento que aparece contra as "éticas de bens e de fins" é a historicidade. No início da *Ética*[2], Scheler considera que o mundo dos bens está sujeito a alterações constantes. Neste sentido, Scheler auxilia Kant, argumentando que se deve desacreditar as éticas que se contentam em falar de "bens e de fins".

A historicidade é um dos pontos mais fortes da argumentação empirista, o que evidencia, ainda que aparentemente, a predisposição de Scheler de, afastando-se do empirismo ético, não perder a historicidade. Desta forma fica manifesta a inspiração de Husserl. Scheler busca tomar como apoio um dado que possa ser acessível ao conhecimento imediato ao buscar o desenvolvimento de uma explicação do homem e do mundo. (GINETTI, 2010, p.31).

Porém, Scheler, segundo Ginetti (2010, p.31), não quer apenas uma adoção dos elementos empíricos que dão base às éticas materiais, mas superá-las, dando uma universalidade que não necessite da força da evidência atribuída na construção de um ética do tipo indutiva segundo dados empíricos.

O emprego do problema da História diante da ética foi um dos propósitos centrais no projeto da *Ética* de Scheler. Ele procurava fazer a distinção daquilo que, na ética, é *historicamente variável* daquilo que é *constante*. "Através da 'Ética', Scheler pretendia, portanto, 'tornar compreensível a variabilidade histórica' sem que, com isto, sua ética se tornasse relativista ou perdesse as bases universalistas que reconhecia à ética de Kant." (GINETTI, 2010, p.32).

Segundo Ginetti (2010, p.32), o ingresso da variabilidade histórica conduz à indagação quanto ao seguinte dilema: fazer opção por uma afirmação da historicidade ou então afirmar esta validade universal dos princípios éticos. Enquanto que, a adesão à premissa primeira implicaria na perda da validade universal dos princípios éticos, na segunda premissa ter-se-ia como consequência a negação da validade à afirmação de que, na história, a ética é alterada. No entanto, em seu sistema, Scheler visa a superação do dilema, o que consiste em não negar

[2] Neste caso, o termo *Ética*, conforme a fonte utilizada, é uma referência ao livro *O formalismo na ética e a ética material dos valores*, a obra em que Scheler resume sua crítica a Kant.

a variabilidade histórica da ética, nem renunciar uma ética fundada em um princípio universalmente válido.

A historicidade encontra-se incluída na ética de Scheler. Isto implica dizer que há uma aproximação da ética da variabilidade histórica e, por conseguinte, a aproximação de um dos pressupostos básicos do relativismo, onde se entende por relativismo histórico toda filosofia ética que toma como base a ideia de que os princípios éticos podem ser submetidos às variações históricas. (GINETTI, 2010, p.35).

Scheler, em sua *Ética*, ao aceitar as variações históricas das normas éticas, admite, por conseguinte, um dos postulados do relativismo histórico e ético. Scheler nega a universalidade das normas morais. Na verdade, elas estão submissas ao fazer histórico e às variações históricas. (GINETTI, 2010, p.35). Neste momento, Scheler parece ser contraditório, pelo fato de conceber este postulado e, ao mesmo tempo, defender a objetividade dos valores. Para melhor compreensão deste pensamento, segue-se uma explanação do modo como se dá a objetividade dos valores, superando o relativismo.

4.2 A superação do relativismo ético

Scheler rejeita o relativismo ético utilizando como tese central a objetividade dos valores. Os valores são essências que existem *em si* e *por si* no *mundo dos valores*, um reino ou mundo a parte. A hierarquia dos valores é absoluta e imutável, além disso, não depende de nenhum sujeito cognoscente. (PECORARI, 2002, p.117).

Para Scheler, os valores pertencem à ordem do *ser-dado* e não do *ser-constituído*. Os valores, na verdade utilizam-se dos *sujeitos* ou *suportes* para *aparecer*, desta forma, em nenhuma circunstância podem ser *criados* ou *destruídos*. O *ser* ou a validade objetiva dos valores não pode ser formado pela vontade do homem, nem pelas características étnicas ou circunstâncias históricas. A sua existência é desde sempre, no seu mundo absoluto. (PECORARI, 2002, p.117-8).

Segundo Pecorari (2002, p.118), é necessário realizar um esclarecimento a respeito do modo como *são dados* ou como *aparecem* os valores no sujeito humano. Neste sentido, apresentam-se duas questões; primeiro, porque certos valores são captados por alguns e por outros não? Depois, por que os valores, as essências axiológicas, são visualizados por cada pessoa, cultura ou época histórica de modos diferentes ou até mesmo apostos?

Diante destas questões surge um aspecto do personalismo de Scheler, a *sensibilidade axiológica*. Este aspecto abrange a percepção, bem como a preferência dos valores. Dentre suas características, destaca-se uma variabilidade extrema e o fato de ser diferenciada no tempo e no espaço. Isto se explica pelo fato de que as pessoas individuais e comuns são metafisicamente diferentes, por isso há também uma diferença na capacidade axiológica de cada uma. (PECORARI, 2002, p.118).

Pecorari (2002, p.118) afirma que, a *captação* dos valores acontece em conformidade com a essência de cada pessoa, que sempre é única e irrepetível. Assim, cada pessoa tem sua própria sensibilidade axiológica e gnosiológica e, por isso, só elas têm condições de realizar determinados valores que só nelas podem *aparecer*. A conclusão lógica, resultante deste pensamento, consiste em dizer que:

> [...] todo indivíduo, povo, grupo, cultura e época histórica possuem a sua verdade e o seu bem "absoluto" e objetivo, sem que isso resulte num relativismo. Não é relativismo porque a objetividade das essências e dos valores, além de basear-se na "existência material" dos mesmos, está garantida (ou pode estar) por uma "intuição fenomenológica pura". Este tipo de intuição exige a "redução" de toda forma de subjetividade empírica, como a sensibilidade, os impulsos vitais, o "ser psíquico", os preconceitos raciais, culturais, nacionais, os interesses econômicos, políticos, etc., e deve prender-se apenas à "individualidade espiritual" da pessoa enquanto tal. (PECORARI, 2002, p.118-9).

Estando fundado nesta lógica, Scheler defende que *individual* e *pessoal* não tem relação de equivalência a subjetivo e arbitrário, pois o homem não é capaz de *inventar* ou *fabricar* os valores e as essências. Do mesmo modo, *objetivo* e *absoluto* não acarretam fundamentalmente o universal e o imutável. "Não implicam o universal porque podem dar-se numa só pessoa; e não implicam o imutável porque valores *descobertos* por uma pessoa ou grupo podem cair no esquecimento." (PECORARI, 2002, p.119).

Para apontar o caminho de superação do relativismo e explicar a mudança do *ethos*, da ciência ética e das normas morais, Scheler faz uma importante distinção entre *validade* e *vigência*. Quando uma *intuição pura* descobre um valor ou uma essência, a validade deste valor ou essência é para todos e para sempre, no entanto, isto não quer dizer que todos e para sempre o devam conhecer. Noutras palavras, validade não implica necessariamente em vigência. (PECORARI, 2002, p.119).

A vigência, segundo Pecorari (2002, p.119), pede o conhecimento concreto, por isso a validade não compreende a vigência. Se determinado valor for válido, mas não for conhecido, não será possível atribuir-lhe a vigência. A variação da sensibilidade axiológica ajuda na

compreensão desta situação, dado que nem todos os valores podem ser conhecidos, seja por um só indivíduo, grupo ou período histórico.

No que diz respeito à mudança dos *ethos*, da ciência ética e das normas morais, para Pecorari (2002, p.120), as mudanças da ciência ética e das regras morais são condicionadas pelas variações do *ethos*. Dado o fato de que em Scheler, *ethos* diz respeito ao conjunto *regras de preferência na hierarquia dos valores* eleito por cada povo ou pessoa-comum em determinada época histórica ou meio cultural geográfico, é possível compreender o porquê da diferença existente entre vários povos em âmbito valorativo. Seguem-se alguns exemplos que ajudam a ilustrar este pensamento:

> [...] o roubo, para muitos povos bárbaros (germanos) era considerado crime menos grave do que o furto, exatamente porque o primeiro requeria uma certa valentia pessoal, que, por eles, era sobremodo estimada; a eliminação das crianças defeituosas e dos velhos decrépitos, em Esparta, não era um assassinato, pois o valor militar e patriótico o exigia; a morte dos escravos, em Roma, não era um homicídio, pois negava-se-lhes a dignidade de pessoa humana; os sacrifícios humanos, praticados por muitos povos da antigüidade [sic], justificavam-se pela prioridade que eles atribuíam aos valores religiosos sobre os vitais; e assim tantos outros exemplos dos quais está cheia a história. (PECORARI, 2002, p.120).

Diante destes exemplos, poder-se-ia cair no erro de dizer que os valores são relativos ou históricos, porém isto não passaria de um erro. Na verdade, os adjetivos histórico e relativo devem ser atribuídos à *percepção* ou *preferência dos valores*, não aos valores. Pouco a pouco, os valores vão, como que se *revelando* ao longo do espaço e do tempo à diversidade de pessoas, povos e nações. (PECORARI, 2002, p.120).

Segundo Pecorari (2002, p.120), apresenta-se aqui a concepção fenomenológica da verdade, a verdade como *alétheia* ou *desvelamento* do real. Toda percepção é considerada verdadeira quando a *redução* é operada, apesar de ser limitada, finita e, às vezes, ambígua, o que não quer dizer que seja ambivalente. Esta redução implica em excluir tudo o que for arbitrário e subjetivo na percepção, como os impulsos, interesses mesquinhos, as paixões desordenadas, os ressentimentos, etc.

A não realização da redução pode acarretar na distorção da objetividade e causar erros grosseiros, abusos, atitudes descabidas e parcialidades, frutos das *ilusões*, *enganos* e *falsificações* que se pode ter. A *redução fenomenológica pura* é difícil, uma vez que requer a superação do egoísmo e da subjetividade. Mas não se trata de algo impossível, pois quando se parte da individualidade espiritual da pessoa certamente acontece. (PECORARI, 2002, p.120).

A verdade que *aparece*, tanto na pessoa individual quanto coletiva, mesmo se finita e limitada, é objetiva e absoluta. Não obstante, a verdade e o bem aparecem de forma parcial e

incompleta nas várias pessoas situadas no espaço e no tempo. Afinal, eles não se dão nem podem se dar de forma plena e integral num momento único ou numa só pessoa. Deste modo, o objetivo e o absoluto, para Scheler, não excluem a finitude e a contingência. (PECORARI, 2002, p.121).

Pecorari (2002, p.121) aprofunda a questão defendendo que "não pode ser diferente, pois cada pessoa individual e coletiva, por sua estrutura interna limitada, só pode ter acesso a uma parte relativamente pequena do mundo das essências e dos valores, sendo sua percepção dos mesmos, sempre reduzida e parcial." É necessário ressaltar que em decorrência daquelas *ilusões* ou *falsificações* anteriormente apresentadas e da peculiaridade de cada pessoa, as percepções ou visões parciais duramente se identificam e podem também contrastar-se.

Fazendo uma análise desta peculiaridade de cada pessoa e de cada povo, segundo Pecorari (2002, p.121), pode-se chegar a uma espécie de *perspectivismo* axiológico. Ao explicar as variações do *ethos*, Scheler trata de um perspectivismo emocional que muda de acordo com o tempo e os povos. Isto implica dizer que, de acordo com o *lugar* de onde se está olhando, o mundo dos valores se apresenta a perspectivas infinitas ou ângulos diferentes. São perspectivas fenomenologicamente verdadeiras, dado que partem de uma estrutura ou situação irredutível, o que para Scheler, trata-se da individualidade absoluta da pessoa.

Esta valoração objetiva que é atribuída a cada perspectiva pode-se chamar de *perspectivismo objetivístivo*. Este pensamento implica o fato de que não é possível desqualificar nenhuma perspectiva, nem mesmo as mais *absurdas*, bem como não é possível absolutizar as perspectivas tomadas como mais perfeitas e lógicas. Caso uma perspectiva fosse imposta como exclusiva, absoluta, esta poderia ser considerada falsa ou relativa, pois segundo Scheler, afirma Pecorari (2002, p.122), a totalidade dos valores nunca poderá ser conhecida se forem levadas em conta uma ou algumas das suas manifestações históricas, afinal, são dotadas de contingência e de uma mutabilidade extrema.

"Cada manifestação histórica ou perspectiva representa apenas uma pequena e limitada 'aparição' de um valor ou de uma essência no mundo dos homens e jamais a riqueza total dos valores e de sua hierarquia." (PECORARI, 2002, p.122). A implicação desse fato está na necessidade de se levar em consideração todas as manifestações concretas dos valores para que se possa alcançar a visão mais completa possível dos mesmos.

Chega-se aqui à conclusão de que a fundamentação da objetividade de toda perspectiva e de todo ponto de vista está na "historicidade de sua apreensão ou de sua possível realização no mundo humano" (SCHELER apud PECORARI, 2002, p. 222), assim, se

distanciando da possibilidade do mundo das essências e dos valores se transformarem em algo relativo.

Esse pensamento assegura a objetividade dos valores. A captação dos valores, ainda que sob diversas perspectivas, é um fato. Agora, pode-se então buscar saber como está se dando a intuição dos valores e quais são as consequentes implicações na vida do homem inserido no mundo moderno, bem como se encontra sua ordem hierárquica.

4.3 A crise dos valores éticos na moral moderna

Mesmo diante da defesa da objetividade dos valores, da validade que lhes pode ser atribuída, Scheler não se isenta de fazer uma reflexão a respeito do modo como o homem moderno se relaciona com o mundo dos valores. É necessário ressaltar que a reflexão ou filosofia de Max Scheler é tomada sob influência do patrimônio cultural e histórico do final do século XIX e início do século XX, como a crise da cultura alemã, da razão e da metafísica. (COSTA, 1996, p. 6).

Ao sistematizar os elementos de especial relevância que norteiam sua reflexão a respeito das modificações valorativas, Scheler não garante pretender caracterizar a moral moderna por completa, mas trata da necessidade de examinar a transmutação dos princípios, sem apresentar detalhes dos efeitos concretos em diferentes domínios. (SCHELER, 2012, p. 143-4).

Na perspectiva do mundo moderno, só é dotado de valor ético o que pode ser obtido por meio de suas forças e de seu trabalho. Esta é uma perspectiva da força particular, solitária e restrita ao individual, o que implica na perda do significado das disposições éticas valiosas ou bens hereditários que poderiam gerar a diferenciação e elevação do indivíduo perante os demais. (GINETTI, 2010, p.116).

A moral moderna concebe os valores, em especial os éticos, como algo desprovido de existência e sentido indepentemente do homem, destituindo desta forma qualquer valor próprio. Os valores seriam apenas uma reflexão dos sentimentos e desejos, onde o que é bom seria o que é desejado e ruim, contrariamente, o que é rejeitado. (GINETTI, 2010, p.112).

Scheler (apud COSTA, 1996, p. 118) afirma que a subordinação dos valores vitais aos da utilidade é a mais profunda inversão da hierarquia valorativa carregada pela moral moderna. Esta subordinação vai se insinuando cada vez mais e acaba por se inserir intensamente "com a conquista do espírito industrial e comercial, passando pelo militar e pelo

teológico-metafísico, até o seio de todas as avaliações concretas." (COSTA, 1996, p. 118). Pode-se dizer sucintamente que há uma subordinação do que é *nobre* ao que é *útil.*

A nova construção social que se deu o primeiro por meio "da ascensão da burguesia a partir do século XIII, e então através da emancipação da terceira classe na Revolução Francesa e no movimento político-democrático baseado na mesma, é a forma de apresentação político econômica mais clara daquela transposição valorativa [...]". (SCHELER, 2012, p. 163).

O fundamento desta transposição valorativa está mais uma vez no arrebatamento gerado pelo ressentimento que através dos tempos foi acumulado, que unido ao domínio vital passa a ser dominante, poderosamente, difundindo e fazendo com que os *seus* valores sejam triunfantes. (SCHELER, 2012, p. 163).

Scheler trata das implicações da chegada dos negociantes e os industriais ao poder nos Estados, afirmando:

> À medida que os negociantes e os industriais chegam ao poder nos Estados (especialmente nos Estados do Ocidente), e que *sua* essência e juízos, seus gostos e suas inclinações se tornam os fundamentos seletivos que determinam a produção *também da cultura espiritual; à medida que seus símbolos e imagens acerca* do fundamento das coisas, de modo insinuante, superam as formações simbólicas religiosas antigas, seu modo de avaliar se torna, por toda parte, o que dá forma à *moral* em geral. (SCHELER, 2012, p. 163, grifo do autor).

Agora, ressurge mais uma vez uma das questões do sistema ético scheleriano, o ressentimento. Scheler (2012, p. 164) afirma que este é o agente deste vasto processo. A inversão se dá no fato de que os valores profissionais do negociante e dos industriais, o valor das posses, tornam-se valores morais universalmente válidos.

Em uma sociedade secularizada, em que os valores tenderão a ser elaborados conforme a vontade do homem, realizando a negação da hierarquia dos valores apriorísticos, o *ressentimento* encontra um terreno fértil. Assim, as pessoas *contaminadas* por uma mentalidade ressentida, certamente afetarão a moral, gerando uma distorção e inversão axiológica, afirma Ginetti (2010, p.116).

Novas virtudes cardinais são assumidas, colocando em situação de subordinação virtudes, como a valentia, a alegria no risco, o sentido de conquista, o amor à pátria e a fidelidade à família, a humildade etc. Dentre as novas virtudes, destacam-se:

> Esperteza, rápida adaptação, entendimento e capacidade de cálculo, um sentido aguçado que aponta para a "segurança" na vida, trânsito por toda parte sem obstrução, propriedades que são capazes de estabelecer certas condições, sentido de "calculabilidade" de todas as relações, sensibilidade para a aplicação no trabalho,

> poupança e exatidão no empreendimento e conclusão de contratos. (SCHELER, 2012, p. 164).

Scheler (2012, p. 164) aponta para os casos em que, mesmo não havendo mudança das palavras, mudam-se os conceitos. Um novo sentido é dado a palavras como, *justiça*, *autodomínio*, *fidelidade*, *veracidade* etc. A palavra *justiça*, por exemplo, significava certa medida de *igualdade*. O conceito moderno atribuído à palavra justiça toma como base a ideia de uma *igualdade* fática entre os homens, desta forma, toda legislação que visa dado grupo, "*em si*, em uma 'legislação de exceção' injusta, resulta daí, geralmente, em um tratamento igual, uma igual entrega de proveitos e danos, diante dos bens e dos males de *todos* os homens e grupos, conquanto eles se apresentem nas mesmas circunstâncias exteriores." (SCHELER, 2012, p. 164). Este é apenas um dos diversos exemplos que poderiam ser citados, além do autodomínio, fidelidade, veracidade e outros.

A própria vida, seja de um indivíduo, de uma família, de uma estirpe ou de um povo, em sua *existência* pura, precisa se justificar, através do que é *útil*. O pior é que isto acaba lançando-a para baixo, acaba por levá-la para o interior de outra *comunidade*. A simples presença junto aos portadores do valor mais elevado não é o bastante. Na verdade, esta presença tem que ser útil, tem que *servir*. Neste sentido, vê-se a negação tanto teórica, quanto prática, de um direito à vida, apreendido pela moral antiga sob a noção de *direito natural*. (SCHELER, 2012, p. 166).

A afirmação que passa a ter validade é a de que aqueles não capazes de se adaptar aos mecanismos da civilização da utilidade e ao que por ela é imposto à atividade humana *devem perecer*, independentemente dos valores da vida que estejam em questão, afirma Scheler (2012, p. 166). Noutras palavras, o valor que a vida tem em si mesma é desconsiderado, desta forma, segue-se a valorização do que é útil, ainda que não seja dotado de um valor superior ao valor da vida, por exemplo. Assim, a crise dos valores vai tomando força e distanciando o homem cada vez do seu valor objetivo.

O ingresso do homem no mundo moderno acarretou negativamente no início de uma crise valorativa, onde se tem visto a perda das referências e a criação de necessidades, onde se subordina valores elevados a valores baixos, se comparados em uma escala de valores. Além disso, constata-se que, enquanto acontecem os avanços tecnológicos e científicos, próprios de uma sociedade moderna, é possível assistir a uma decaída no desenvolvimento da vida humana, que tem sido tomada como um meio. Uma moral que não é capaz de valorizar ou promover o meio pelo qual foi estabelecida e para o qual deve favorecer, encontra-se cada vez mais decadente.

5 CONCLUSÃO

Em toda a experiência da vida humana os valores se fazem presentes; falar dos valores é, certamente, falar da experiência de vida. Mas, afinal, o que os valores querem dizer? Para clarificar a questão dos valores, foi desenvolvida uma explanação dos pontos principais que os envolvem. A relevância deste intento se dá na compreensão de que não é possível atribuir aos valores uma definição conforme o rigorismo científico. Porquanto, o valor pode ser vivido, experimentado, nas coisas, nos seres e nos objetos, podendo ainda enquadrar-se em um plano de classificação.

Para tratar da filosofia dos valores éticos sob a ótica do filósofo alemão Max Scheler, esta investigação fez uso dos elementos essenciais do seu pensamento. Diante da ética formal, da variabilidade histórica, do subjetivismo e relativismo ético, e outros, este trabalho desembocou na defesa da objetividade dos valores e em uma reflexão sobre as implicações da inversão valorativa do homem moderno. Como se definiu na *Introdução* deste trabalho, se a perspectiva de Scheler não for a mais acertada, é, ao menos, uma reflexão relevante. Portanto, seguem-se as contribuições principais que foram identificadas.

A ética formal, característica fortemente atribuída a Kant, é contraposta por Scheler, que faz uso do método fenomenológico e defende a materialidade dos valores. Neste sentido, Scheler realiza um grande trabalho na tentativa de *recuperar* a importância da esfera emocional do homem, que em Kant é substituída pelo dever. A esfera emocional ou intuição sentimental é um instrumento que capta os valores e reconhece a existência de sua hierarquia.

Não basta reconhecer a existência dos valores. É importante perceber de que modo eles são inseridos na vida humana e mais, que posições eles ocupam em uma escala valorativa, noutras palavras é necessário classificá-los. Mesmo se tratando de um problema difícil, é o melhor meio para conhecê-los sistematicamente. A proposta de Scheler, de classificá-los, organizando os valores segundo critérios próprios, distinguindo-os entre mais altos ou mais baixos, tem relevância pelo fato de proporcionar uma tomada de consciência sobre a qualidade dos valores que estão sendo aderidos.

Outra questão que se pode atribuir grande importância é a defesa da objetividade dos valores, fazendo-se compreender a dimensão da historicidade. Scheler reconhece a existência da variabilidade histórica, porém sem negar a objetividade dos valores. Diante do crescimento do relativismo, este é um dado importante. Na verdade, o que há de relativo é a percepção dos valores, afetado no homem moderno pelo ressentimento. Portanto, para que a intuição

aconteça de modo a captar os mais altos valores é necessário estar desprovido do ressentimento, dos interesses mesquinhos, das paixões desordenadas, enfim, de tudo o que for arbitrário e subjetivo.

Por mais que se questione sobre as inúmeras diferenças éticas e mudanças das normas morais existentes em todo o mundo, é preciso entender que cada pessoa é metafisicamente diferente, o que impossibilita a existência de uma captação valorativa universal, com os mesmos níveis, aspectos e dimensões. A captação se dá conforme a essência de cada pessoa, o que não retira a objetividade dos valores e a necessidade de buscá-los.

Apesar de o pensamento de Scheler tratar do homem moderno no contexto que esteve inserido, entre os séculos XIX e XX, seu pensamento reflete de alguma forma a vida do homem atual, que é caracterizado pela fragmentação pessoal, pela inconstância, pelo desequilíbrio nas relações humanas, pelo vazio interior, pelo relativismo e subjetivismo ético, pela inversão valorativa. É possível assistir a um declínio do valor da vida humana, que está sendo tratada como um meio, prevalecendo o domínio dos fortes sobre os fracos.

Os valores que eram tradicionalmente prezados estão sendo trocados por outros desprovidos de durabilidade. É como se o homem novo trouxesse consigo uma nova constelação de valores, porém assumindo as mais baixas posições hierárquicas. Por exemplo, enquanto os avanços tecnológicos e científicos crescem, o desenvolvimento do homem em sua totalidade diminui.

Diante das contribuições feitas pelo pensamento scheleriano, foram propostas questões que podem ajudar na reorganização pessoal em âmbito valorativo, a saber: qual rumo o homem está dando à sua breve existência; com que valores ele pretende orientar os passos seus e daqueles pelos quais é responsável; e, que herança valorativa ele deixará para os que o sucederá.

As influências negativas que se herdam crescem e repercutem sempre mais. É necessário preservar os valores importantes, que dignificam, dão sentido, harmonizam, ajudam na construção de um mundo mais justo e fraternal. Afinal, eles existem e podem estar a serviço da humanidade. Para tanto, é importante buscar alcançar e desenvolver os valores máximos que se pode ter.

Por fim, a contribuição deste trabalho para o mundo acadêmico se dá no fato de esclarecer em que consistem os valores e instigar o homem a uma reflexão sobre a sua posição frente ao mundo valorativo. Pois, sem dúvida, o seu agir ético influencia sua relação com a própria vida, com a vida do outro e com o mundo em sua totalidade, o que faz brotar esta necessidade de avaliação e desdobramento sobre si mesmo.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Vinícius. **A questão da moral a partir de Humano, demasiado humano**: um livro para Espíritos livres. 2012. 124f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) - Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia, Belo Horizonte, 2012.

AQUINO, Sérgio Ricardo Fernandes. Valor e direito: as contribuições de Max Scheler e Miguel Reale. **Revista Filosofia Capital**, Florianópolis (SC), v. 5, p. 84-104, 2010. Disponível em: <http://www.filosofiacapital.org/ojs2.1.1/index.php/filosofiacapital/article/viewFile/106/112>. Acesso em: 25 set. 2014.

BAMBIRRA, Felipe. Max Scheler e a gênese axiológica do conhecimento. In: Congresso Nacional do CONPEDI, 17, 2008, Brasília. **Anais...**Brasília: CONPEDI, 2008. p. 4093-4928. Disponível em: <http://www.pucsp.br/margem/pdf/m16cm.pdf>. Acesso em: 03 mar. 2014.

BASTOS, Lucília Izabel Candini. Valores, princípios e regras. **Revista Jurídica do Uniaraxá**, Araxá (MG), v. 10, n. 9, p. 211-227, 2006. Disponível em: <http://www.uniaraxa.edu.br/ojs/index.php/juridica/article/view/366>. Acesso em: 20 ago. 2014.

COSTA, José Silveira da Costa. **Max Scheler**: o personalismo ético. São Paulo: Moderna, 1996.

GALEFFI, Dante. O que é isto – A fenomenologia de Husserl? **Ideação,** Feira de Santana, n.5, p.13-36, jan./jun. 2000. Disponível em:<http://www.uefs.br/nef/dante5.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2014.

GINETTI, Emerson. **A crise dos valores éticos segundo Max Scheler**. 2010. 137 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

HESSEN, Johannes. **Filosofia dos valores**. Tradução por Cabral Moncada. Coimbra: Armênio. Amado Editor. (Studium), 1980.

LORIERI, Marcos Antônio. Ética no ensino de filosofia: contribuição para a formação do jovem. **Revista Primus Vitam**, São Paulo, n. 1, p. 1-12, jul-dez. 2010. Disponível em: <http://mackenzie.br/fileadmin/Graduacao/CCH/primus_vitam/marcos.pdf>. Acesso em: 19 ago. 2014.

MORENTE, Manuel García. **Fundamentos de Filosofia:** Lições Preliminares. Tradução de Guilhermo de la Cruz Coronado. 4. ed. São Paulo: Mestre Jou, 1970.

PECORARI, Francesco. O personalismo ético e solidário de Max Scheler e o pluralismo contemporâneo. **Revista Perspectiva filosófica**, Recife (PE), v. 4, n. 17, p. 107-125, 2002. Disponível em: <https://www.ufpe.br/ppgfilosofia/images/pdf/pf17_artigo60001.pdf>. Acesso em: 15 mai 2014.

PEREIRA, Fernanda S. R. A tese da analogia entre lógica e ética em Brentano e Husserl. In: **Seara Filosófica**, n. 8, Inverno, 2013, p.103-120. Disponível em: <http://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/searafilosofica/article/viewFile/3926/3233>. Acesso em: 25 ago. 2014.

REALE, Giovanni; ANTISERI, Dário. **História da Filosofia**. V. II. 4. ed. São Paulo: Paulus, 1990 (Filosofia).

_____. **História da Filosofia**. V. III. 7. ed. São Paulo: Paulus, 2005 (Filosofia).

SCHELER, Max. **Da reviravolta dos valores**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.pp

VOLKMER, Sérgio. **O perceber do valor na ética material de Max Scheler**. 2006. 127f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

WOJTYLA, Karol. **Max Scheler e a ética cristã**. Tradução por Diva Toledo Pisa. Curitiba: Champagnat, 1993.